Pregão Eletrônico nº 5/2022	**Abertura em 30/03/2022 às 10:00 no sítio** https://www.gov.br/compras/pt-br

Objeto
Materiais de consumo.
Valor Total Estimado
R$ 78.922,60 (setenta e oito mil, novecentos e vinte e dois reais e sessenta centavos).

Registro de Preços?	**Vistoria**	**Instrumento Contratual**	**Forma de Adjudicação**
SIM	NÃO	TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE	POR LOTE

DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO (VER ITEM 9 DO EDITAL E 19 DO TERMO DE REFERÊNCIA)*	
Requisitos Básicos: - Sicaf ou documentos equivalentes - Certidão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) - Certidão do Portal da Transparência - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (TST) - Índices de Liquidez (LG, LC, SG) superiores a 1 ou PL não inferior a 10% do valor proposto	- Atestado de Capacidade Técnica

* O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.

Lic. Exclusiva ME/EPP?	**Reserv. Cota ME/EPP?**	**Exige Amostra/Dem.?**	**Dec. nº 7.174/2010?**
SIM	NÃO	**SIM**	NÃO

Prazo para envio da proposta
Até 2 horas após a convocação realizada pelo pregoeiro.
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações
Até o dia 24/03/2022 pelo e-mail licitacoes@crm-rj.gov.br
Observações Gerais:
A disputa dar-se-á pelo MODO ABERTO e os lances deverão respeitar o INTERVALO MÍNIMO de 1% (um por cento).

RELAÇÃO DE ITENS CONFORME 1.1 E 18.2 DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

Lote 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	UND	Valor Unit. Estimado	Subtotal Estimado
1	Fita adesiva Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;	417068	360	unidade	R$ 12,97	R$ 4.669,20
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;	279097	120	unidade	R$ 2,79	R$ 334,80
3	Cola líquida: composição base água; cor branca; aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	478199	120	unidade	R$ 3,65	R$ 438,00
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	291098	120	unidade	R$ 13,79	R$ 1.654,80
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	313939	120	unidade	R$ 8,34	R$ 1.000,80
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de	234994	1000	Pacote com 100 unidade	R$ 23,35	R$ 23.350,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

	melhor qualidade.			s		
Valor Total Estimado					**R$ 31.447,60**	

Lote 2						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**QTD**	**UND**	**Valor Unit. Estimado**	**Subtotal Estimado**
7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.	402154	360	unidade	R$ 9,84	R$ 3.542,40
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.	441129	360	unidade	R$ 14,63	R$ 5.266,80
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469644	300	unidade	R$ 22,39	R$ 6.717,00
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469643	300	unidade	R$ 21,72	R$ 6.516,00
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor;	469643	100	unidade	R$ 21,72	R$ 2.172,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

	IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.					
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.	446038	240	unidade	R$ 17,45	R$ 4.188,00
13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	414605	360	unidade	R$ 5,20	R$ 1.872,00
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	473220	120	unidade	R$ 11,80	R$ 1.416,00
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	460999	120	unidade	R$ 14,31	R$ 1.717,20
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	R$ 9,21	R$ 1.105,20
17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	R$ 11,74	R$ 1.408,80
18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scotch, 3M ou de melhor qualidade.	419864	50	unidade	R$ 14,76	R$ 738,00
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1	322757	288	unidade	R$ 15,30	R$ 4.406,40

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

	unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.					
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419859	360	Cartela 2 unidades	R$ 12,37	R$ 4.453,20
21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419860	120	Cartela 2 unidades	R$ 16,30	R$ 1.956,00
Valor Total Estimado					**R$ 47.475,00**	

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

Sumário

Edital 06

Anexo I – Termo de Referência 32

Anexo II – Modelo da Proposta 55

Anexo III – Minuta da Ata de Registro de Preços 59

Anexo IV – Minuta de Termo de Contrato 65

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

EDITAL

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 5/2022
(Processo Administrativo n° 11/2022)

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, por meio de sua Comissão Permanente de Licitação, sediado em Praia de Botafogo, número 228, Loja 119B, Rio de Janeiro/RJ, realizará licitação, para registro de preços, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço por lote, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar n° 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto n° 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.

Data da sessão: 30/03/2022
Horário: 10:00
Local: Portal de Compras do Governo Federal – https://www.gov.br/compras/pt-br

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de materiais de consumo, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será dividida em grupos, formados por um ou mais itens, conforme tabela constante no Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos grupos forem de seu interesse, devendo oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

1.3. O critério de julgamento adotado será o menor preço global do lote, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

2. DO REGISTRO DE PREÇOS

2.1. As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços

3. DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO.

4.1. Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1. Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2. A participação é exclusiva a microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

4.2. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o

agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.3. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.3.1. proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.3.2. que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.3.3. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.3.4. que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.3.5. que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.3.6. entidades empresariais que estejam reunidas em consórcio;

4.3.7. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.4. Como condição para participação no Pregão, a licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.4.1. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3° da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49;

4.4.1.1. nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2. nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.4.2. que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.4.3. que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.4.4. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.4.5. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;

4.4.6. que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 16 de setembro de 2009.

4.4.7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.8. que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.5. A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2. O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3. Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6. Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7. Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8. Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.1. Valor unitário e total do item;

6.1.2. Marca;

6.1.3. Fabricante;

6.1.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

6.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens.

6.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.5. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias**,** a contar da data de sua apresentação.

6.6. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

6.6.1. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a fiscalização do Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

7. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1. Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3. A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do lote, o qual será composto pelo valor unitário dos itens.

7.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser 1% (um por cento).

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18. O Critério de julgamento adotado será o menor preço, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

7.21. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos bens produzidos:

7.26.1. no país;

7.26.2. por empresas brasileiras;

7.26.3. por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.4. por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27. Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2. O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.29. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA.

8.1. Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2. O licitante qualificado como produtor rural pessoa física deverá incluir, na sua proposta, os percentuais das contribuições previstas no art. 176 da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009, em razão do disposto no art. 184, inciso V, sob pena de desclassificação.

8.3. Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário), desconto menor do que o mínimo exigido ou que apresentar preço manifestamente inexequível.

8.3.1. Considera-se inexequível a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.4. Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita;

8.5. Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata;

8.6. O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas), sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.1. É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.6.2. Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.6.3. Caso a compatibilidade com as especificações demandadas, sobretudo quanto a padrões de qualidade e desempenho, não possa ser aferida pelos meios previstos nos subitens acima, o Pregoeiro exigirá que o licitante classificado em primeiro lugar apresente amostra, sob pena de não aceitação da proposta, no local a ser indicado e dentro de 7 (sete) dias contados da solicitação.

8.6.3.1. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

8.6.3.2. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

8.6.3.3. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade: qualidade, durabilidade e funcionalidade, conforme item 5.3 do Anexo I – Termo de Referência.

8.6.3.4. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Pregoeiro, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

8.6.3.5. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Pregoeiro analisará a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência.

8.6.3.6. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.

8.6.3.7. Após a divulgação do resultado final da licitação, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos licitantes no prazo de 7 (sete) dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.

8.6.3.8. Os licitantes deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.

8.7. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.8. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "*chat*" a nova data e horário para a sua continuidade.

8.9. O Pregoeiro poderá encaminhar, por meio do sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que apresentou o lance mais vantajoso, com o fim de negociar a obtenção de melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

8.9.1. Também nas hipóteses em que o Pregoeiro não aceitar a proposta e passar à subsequente, poderá negociar com o licitante para que seja obtido preço melhor.

8.9.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

8.10. Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.11. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9. DA HABILITAÇÃO

9.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;
b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
c) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).
d) Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1. Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/)

9.1.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.2. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.3. O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2. Caso atendidas as condições de participação, a habilitação do licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1. O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2. É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3. O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7. Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8. **Habilitação jurídica:**

9.8.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

9.8.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.4. inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

9.8.7. No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

9.8.8. No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

9.8.9. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

9.8.10. No caso de exercício de atividade que demande autorização ou registro específico: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação específica.

9.8.11. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9. **Regularidade fiscal e trabalhista:**

9.9.1. prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.9.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.9.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.9.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.9.5. prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.9.6. prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.9.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

9.9.8. caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

9.10. **Qualificação Econômico-Financeira**:

9.10.1. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2. balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a

apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro. (Art. 3º do Decreto nº 8.538, de 2015);

9.10.2.2. no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.3. é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.2.4. Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

9.10.3. A comprovação da situação financeira da empresa será constatada mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um) resultantes da aplicação das fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.10.4. As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11. **Qualificação Técnica:**

9.11.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

9.11.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as características mínimas do objeto licitado.

9.12. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.12.1. comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciadas no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.12.2. apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.12.3. comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.12.4. demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital [com o acréscimo de 10%], para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.12.4.1. Quando se tratar de consórcio composto em sua totalidade por micro e pequenas empresas, não será necessário cumprir esse acréscimo percentual na qualificação econômico-financeira;

9.12.5. responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.12.6. obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.12.7. constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

9.12.8. proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

9.13. O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.14. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15. Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16. A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19. Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20. O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

9.20.1. Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es) cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

9.21. Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10. DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1. A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 2 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1. ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2. conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2. A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3. Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1. Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4. A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5. A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6. As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11. DOS RECURSOS

11.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

14.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

15. DA GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS

15.1. Não haverá exigência de garantia contratual dos bens fornecidos na presente contratação.

16. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

16.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

16.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.

16.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

16.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

16.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

17. DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

17.1. Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

17.2. O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.2.2. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

17.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

17.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

17.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

17.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

17.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

17.5. Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

17.5.1. Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

17.5.2. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

17.6. Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

17.7. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a

comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

18. DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO GERAL

18.1. As regras acerca do reajustamento em sentido geral do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

19. DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

19.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência.

20. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

20.1. As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência.

21. DO PAGAMENTO

21.1. As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Edital.

22. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

22.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, o licitante/adjudicatário que:

22.1.1. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;

22.1.3. apresentar documentação falsa;

22.1.4. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.5. ensejar o retardamento da execução do objeto;

22.1.6. não mantiver a proposta;

22.1.7. cometer fraude fiscal;

22.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

22.2. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente.

22.3. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

22.4. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

22.4.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação;

22.4.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

22.4.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

22.4.4. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

22.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

22.6. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

22.7. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

22.8. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

22.9. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

22.10. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

22.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

22.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

22.13. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

22.14. As sanções por atos praticados no decorrer da contratação estão previstas no Termo de Referência.

23. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

23.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado.

23.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

23.3. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

23.4. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto n° 7.892/213.

24. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

24.1. Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

24.1.1. **Data limite para impugnação: 24/03/2022.**

24.2. A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail licitacoes@crm-rj.gov.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço sede do órgão.

24.3. Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

24.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

24.5. Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

24.5.1. **Data limite para envio de solicitação de esclarecimento: 24/03/2022.**

24.6. O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

24.7. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

24.7.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

24.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração..

25. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

25.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

25.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

25.4. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

25.5. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

25.6. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

25.7. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

25.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

25.9. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

25.10. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

25.11. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico https://www.cremerj.org.br/licitacoes/, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço sede do órgão, nos dias úteis, no horário das 10:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

25.12. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

25.12.1. ANEXO I - Termo de Referência;

25.12.2. ANEXO II – Modelo da Proposta;

25.12.3. ANEXO III – Minuta de Ata de Registro de Preços;

25.12.4. ANEXO IV – Minuta de Termo de Contrato.

Rio de Janeiro, 17 de março de 2022.

_____

Conselheiro Dr. Clovis Bersot Munhoz

Presidente

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

PROCESSO 11/2022 – PREGÃO ELETRÔNICO SRP
TERMO DE REFERÊNCIA
AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSUMO

1. DO OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de materiais de consumo**, a fim de atender as demandas do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Lote 1					
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**QTD**	**UND**	**R$ MÍNIMO P/ PEDIDO**
1	Fita adesiva Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: simil ar à Scoth ou de melhor qualidade;	417068	360	unidade	R$ 200,00
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scoth ou de melhor qualidade;	279097	120	unidade	
3	Cola líquida: composição base água; cor branca; aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	478199	120	unidade	
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	291098	120	unidade	
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	313939	120	unidade	
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de melhor qualidade.	234994	1000	Pacote com 100 unidades	

Lote 2

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	UND	R$ MÍNIMO P/ PEDIDO
7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.	402154	360	unidade	
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.	441129	360	unidade	
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469644	300	unidade	
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469643	300	unidade	
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469643	100	unidade	R$ 200,00
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.	446038	240	unidade	
13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	414605	360	unidade	
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	473220	120	unidade	
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	460999	120	unidade	
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	
18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scoth, 3M ou de melhor qualidade.	419864	50	unidade	
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1 unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	322757	288	unidade	
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419859	360	Cartela 2 unidades	
21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419860	120	Cartela 2 unidades	

1.2. **Havendo eventual divergência entre o CATMAT e a descrição/especificação dos itens na tabela acima, prevalecerão estas últimas.**

1.3. O objeto caracterizado pelo termo de referência teve padrão de **qualidade e desempenho definidos objetivamente**, além de tratar-se de objeto plenamente **disponível no mercado**. Desse modo caracterizados objetos comuns, consoante previsão do art. 1º, Parágrafo único, da Lei nº 10.520/02 c/c art. 3º, II, do Dec. Fed. 10.024/2019. Assim, o pretendido certame licitatório deverá ser processado na modalidade pregão em sua forma eletrônica.

1.4. A aquisição dar-se-á por **Sistema de Registro de Preços**, por meio de Pregão Eletrônico com fulcro no art. 7º, do Decreto 7.892 c/c Art. 2º, § 1º, Lei 10.520/2002.

> "Art. 7º A **licitação para registro de preços** será realizada na modalidade de concorrência, do tipo menor preço, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na **modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002**, e será precedida de ampla pesquisa de mercado."(grifo nosso).
> "§ 1º Poderá ser realizado o **pregão por meio da utilização de recursos de tecnologia da informação**, nos termos de regulamentação específica."(grifo nosso).

1.4.1. **Devido a referida aquisição ser processada por meio de Ata de Registro de Preços, deverá a empresa sagrada vencedora manter o valor oferecido no momento da Sessão de Licitação pelo prazo de validade da Ata.**

1.5. A Ata de Registro de Preços terá **vigência** pelo período de **12 (doze) meses**, conforme **Decreto 7892/2013, Art. 12, § 1º ao 4º**;

1.6. A quantidade anual estimada, para registro na futura Ata, foi calculada com base na demanda prevista em concordância com o pregão realizado no ano de 2020 por este Conselho. Acrescenta-se que, conforme o § 3°, do art. 12, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013 e o § 1°, do art. 65, da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993, a contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições, acréscimos e supressões de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, caso celebrado.

1.7. O termo de contrato oriundo do Registro de Preços, caso celebrado, terá vigência pelo período de 12 (doze) meses.

1.7.1. **Poderá ser dispensada a celebração de termo de contrato entre as partes, na forma do disposto no artigo 62 da Lei nº 8.666/93, sendo substituído pela Nota de Empenho, ficando as partes vinculadas além desta, ao presente Termo de Referência e a proposta da contratada.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação extraída de tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares e atualizada pelo Setor de Análise Técnica e Compras juntamente com o setor demandante, segue abaixo:

2.1.1. A aquisição de materiais de consumo para 2022, visa o atendimento das necessidades do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro.

2.1.2. Os materiais de consumo são essenciais para o cumprimento das atividades-meio e fim do Cremerj, pois garantem que todos os setores possam trabalhar de forma ininterrupta, com eficiência e eficácia;

2.1.3. Considerando o término da vigência das Ata de Registro de Preços, realizado pelo Cremerj para aquisição dos itens integrantes deste objeto.

2.1.4. Por atender plenamente as necessidades do Conselho as especificações seguem as mesmas dos pregões citados.

2.1.5. Para a pretendida contratação foi verificada a movimentação destes materiais no estoque no triênio 2018-2021, bem como o saldo atual em estoque;

2.1.6. O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro é uma autarquia federal dotada de personalidade jurídica de direito público, devendo fazer uso das ferramentas administrativas relativas a contratação de serviços ou aquisições de bens, em conformidade com a Constituição da República Federativa do Brasil, respeitando os princípios elencados no caput do art. 37, bem como a determinação explícita no inciso XXI deste.

> "Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos **princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência** e, também, ao seguinte:
> XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, **as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes,** com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações."(grifo nosso).

2.1.7. A legislação aludida no **inciso XXI, art. 37 CF** utilizada **é a Lei 8666, de 21 de junho de 1993**, conhecida como Lei de Licitações e Contratos que regulamenta o procedimento licitatório a ser utilizado na Administração Pública. Assim, como exposto no **item 1.4 deste Termo de Referência**, a **presente solicitação por intermédio de Pregão Eletrônico**, com fulcro na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, para Registro de preços, conforme o Decreto 7892, de 23 de janeiro de 2013, encontra-se em conformidade com o exigido em Lei.

2.1.8. Com o objetivo de atender às demandas deste Conselho, considerando as normas veiculadas pelo art. 15, Inciso II da Lei nº 8.666/93, arts. 2º, 20 e 50 da Lei 9784/99, e permitir um melhor gerenciamento das aquisições, sem prejuízo da economia de escala e da eficiência dos recursos aplicados, **justifica-se o Registro de Preços** quando, pelas características do bem ou serviço, **houver necessidade de contratações frequentes**; quando for **conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas**; quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade; ou **quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração**, nos termos do Decreto 7.892, de 23 de janeiro de 2013.

2.1.9. Com base na doutrina de Marçal Justen Filho, a referência de marca apresentada nos itens deste Termo se justifica na especificação do objeto que atenda às necessidades deste Conselho, pois "Não há infringência quando se elege um produto (serviço, etc...) em virtude das qualidades específicas, utilizando-se sua marca apenas com instrumento de identificação. No caso, não há preferência pela marca, mas pelo objeto. A marca é, tão somente, o meio pelo qual se individualiza o objeto que se escolheu" (Comentários à Lei de Licitações e CONTRATOS Administrativos – Marçal Justen Filho, 7ª ed., Editora Dialética, 2001).

2.1.10. Considerando a natureza dos itens a serem adquiridos, que guardam relação entre si, respaldado em entendimento pacificado pelo Tribunal de Contas da União (Acórdão nº 5.260/2011-1ª Câmara e Acórdão nº 861/2013 Plenário, ambos do TCU), e para priorizar a eficiência no Serviço Público, mostra-se pertinente a aquisição dos itens por lotes, conforme descriminado no item 1.1 do Termo de Referência.

2.1.11. A adoção da tal medida se faz necessária, e adequada, para padronizar as rotinas do Cremerj, bem como evitar o aumento do número de fornecedores, favorecendo a rotina do Conselho, diante de eventuais descompassos decorrentes do fornecimento de produtos por diferentes fornecedores, uma vez que, lidar com um único fornecedor diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, a saber: fornecimento, vida útil e garantia dos produtos.

2.1.12. A presente solicitação possibilita algumas vantagens a esta Administração, dentre elas a agilidade nas aquisições e no fornecimento dos itens a todas as Delegacias e Delegacias Metropolitanas, maior economicidade, além de não ser necessário bloqueio prévio orçamentário para realizar o certame licitatório

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, abrange a aquisição de materiais de expediente, para o Cremerj, conforme descrito no item 1.1 deste Termo de Referência.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMO COMUNS

4.1. O objeto deste Termo de Referência é definido como bem comum conforme disposto na Lei 10.520, de 17 de julho de 2002.

> *"Art. 1º. Para aquisição de bens e serviços comuns, poderá ser adotada a licitação na modalidade pregão, que será regida por esta Lei.*
> *Parágrafo único – **Consideram-se bens e serviços comuns, para os fins e efeitos deste artigo, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais do mercado**."(grifo nosso).*

5. AMOSTRA

5.1. As licitantes classificadas em primeiro lugar para os lotes 1 e 2, poderão ser convocadas pelo pregoeiro para envio de amostra, caso ocorra a convocação obrigam-se a encaminhar amostra do material ofertado, constante da respectiva proposta, para a Seção de Apoio Administrativo do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, situado na Rua Praia de Botafogo, nº 228, Sala 119 B – Botafogo, Rio de Janeiro/RJ, CEP 22.250-145, das 12:00 h às 17:00 h, identificando corretamente a amostra apresentada, com o número do Lote e do Elemento referente ao Edital do Pregão, em conformidade com o Acórdão 1634/2007 – Plenário do TCU.

5.1.1. **As amostras deverão ser apresentadas, tão logo as licitantes sejam convocados a fazê-lo, no prazo máximo de 7 (sete) dias contados a partir da notificação.**

5.1.2. **As amostras deverão possuir, obrigatoriamente, todas as informações acerca das suas especificações contidas na respectiva proposta, relativas às condições ou exigências contidas neste Termo.**

5.1.3. **Poderão as empresas encaminhar o catálogo referente ao produto ofertado para efeito de avaliação amostral, desde que seja possível, através deste, serem dirimidas todas as dúvidas a respeito de su especificação.**

5.1.4. **É dispensada a apresentação de amostra do material quando a proposta for referente à marca indicada neste termo como referência.**

5.2. Com base no art. 15, I, da Lei 8.666/1993, as amostras serão avaliadas com base nas especificações técnicas deste termo e desempenho apresentados do material, conforme disposto nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal que primam pela eficiência e economicidade (relação custo-benefício) na Administração.

5.2.1. As amostras serão analisadas pelos servidores responsáveis pela elaboração deste Termo e pelo corpo técnico desta Unidade, os quais emitirão laudo, informando se foram aprovadas, podendo, conforme o caso, serem inutilizadas durante tal processo.

5.2.2. As amostras serão analisadas pelos servidores responsáveis pela elaboração deste Termo e pelo corpo técnico desta Unidade de forma a verificação de compatibilidade do objeto ante as especificações contidas neste Termo, bem como o efetivo uso dos materiais para aferir a usabilidade nas rotinas administrativas do Cremerj.

5.2.3. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados, desmontados ou instalados pela equipe responsável pela análise, bem como conectados a equipamentos e submetidos aos testes necessários.

5.3. O exame das amostras tem por objetivo confrontar os materiais propostos com as especificações exigidas no item 1.1 deste termo de referência, em especial, no que diz respeito à qualidade, durabilidade e funcionalidade dos materiais, de forma que os mesmos ao serem utilizados pelo Cremerj, não provoquem ou sofram danos, preservando, destarte, o erário.

5.4. Caso não seja aprovado o material entregue para análise, as licitantes classificadas em segundo lugar, e, assim sucessivamente, serão chamadas a apresentar amostras, até que seja classificado fornecedor cuja amostra atenda às exigências do Edital e seus Anexos.

5.4.1. Após encerrado o procedimento licitatório, as amostras reprovadas deverão ser retiradas pela(s) licitante(s) no mesmo endereço e horário descritos no item 5.1, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis, sob pena de descarte.

5.5. Será considerada aceita a proposta, após aprovação das Amostras conforme item 5 do Termo de Referência e seus subitens, aquelas de menor preço que estejam de acordo com as especificações contidas no item 1.1 do mesmo instrumento.

5.5.1. **O material aprovado e entregue em conformidade com as especificações descritas neste Termo, conforme item 5.2, comporá o total do material a ser entregue pelo fornecedor.**

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. Os bens devem ser entregues sob demanda a partir da solicitação realizada pelo setor competente, respeitado o valor mínimo por pedido, conforme exposto, no prazo de até 07 (sete) dias úteis, contados a partir da solicitação, respeitando-se o predisposto no Acórdão 584/2004 – Plenário do TCU.

6.1.1. **A Licitante Vencedora deverá indicar endereço de e-mail para recebimento dos pedidos;**

6.1.2. **A Licitante Vencedora deverá indicar pelo menos dois contatos telefônicos, sendo um fixo e um móvel;**

6.1.3. **Não havendo confirmação da empresa quanto ao recebimento do pedido enviado por e-mail, após 2 (dois) dias úteis do pedido realizado pelo CREMERJ, presumir-se-á recebida a Ordem de Compra, quando começará a contagem do prazo para envio, comprometendo-se a empresa a verificar o e-mail fornecido para este fim.**

6.1.4. O prazo fixado para entrega dos materiais poderá, mediante solicitação escrita da CONTRATADA e a exclusivo critério do Cremerj, ser prorrogado, estabelecendo-se que:

6.1.4.1. Caso se veja impossibilitado de cumprir o prazo estipulado para a entrega dos materiais, a CONTRATADA deverá apresentar ao Cremerj, em até 2 (dois) dias antes da data de vencimento inicialmente fixada, pedido de prorrogação de prazo, acompanhado de justificativa devidamente fundamentada com os impeditivos de seu cumprimento.

6.1.4.2. O pedido de prorrogação, com indicação do novo prazo de entrega deverá ser encaminhado ao Cremerj, ficando a critério do funcionário designado para fiscalizar o CONTRATO acolher ou não o requerimento da CONTRATADA.

6.2. Vencido o prazo inicial ou da eventual prorrogação, sem que os bens requisitados tenham sido entregues, caracterizar-se-á a recusa do cumprimento da obrigação pactuada e, por conseguinte, ficará a CONTRATADA sujeita às penalidades previstas no Edital e anexos do respectivo certame.

6.3. Os itens solicitados devem ser entregues na sede do Cremerj, situada a Praia de Botafogo, 228, Botafogo – Rio de Janeiro, RJ – CEP: 22.250-145.

6.4. Os itens devem ser entregues no endereço acima, em dias úteis (segunda a sexta-feira, excluindo-se feriados), nos horários compreendidos entre 9 h e 12 h e entre 13 h e 30 min e 16 h.

6.4.1. **Excepcionalmente enquanto perdurar o estado de calamidade devido a pandemia do novo coronavírus os itens devem ser entregues no endereço acima, em dias úteis**

(segunda a sexta-feira, excluindo-se feriados), nos horários compreendidos entre 10 h e 12 h e entre 13 h e 30 min e 16 h.

6.5. Os produtos deverão ser entregues no estoque da Sede do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro no endereço citado no item 5.3, sendo recebidos e conferidos pelo responsável pelo do Setor de Apoio Administrativo, no horário e dia especificados, devendo o fornecedor ou o transportador por ele contratado certificar-se antecipadamente quanto a feriados locais ou alterações nos horários de expediente.

6.6. O transporte dos materiais até os locais especificados, no dia da entrega, deverá ser realizado pela CONTRATADA (inclusive os procedimentos de seguro, embalagem e transporte até o local especificado dentro do depósito).

6.7. A CONTRATADA deverá realizar os procedimentos de transbordo, descarga e armazenamento dos materiais (com as embalagens originais) no local indicado para a entrega.

6.8. A CONTRATANTE não fornecerá equipamentos ou mão de obra para auxiliar na descarga, designando apenas um funcionário para acompanhar e fiscalizar os procedimentos realizados pela CONTRATADA.

6.9. A verificação quanto ao estado dos itens após o transporte será de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, sendo que quaisquer danos ocorridos no transporte destes e observados a qualquer tempo, deverão ser substituídos, sem qualquer ônus ou solidariedade por parte da CONTRATANTE.

6.10. Os bens serão recebidos provisoriamente imediatamente depois de efetuada a entrega, para efeito de posterior verificação de conformidade do produto com as especificações deste Termo.

6.11. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 07 (sete) dias, a contar da notificação da contratante, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.12. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.13. Do recebimento provisório:

6.13.1. Nos locais de entrega, o servidor competente fará o recebimento provisório dos itens, limitando-se a verificar o conteúdo do(s) volume(s) com o discriminado na Nota Fiscal;

6.13.2. Em caso de conformidade, o(s) servidor(es) fará(ão) constar no verso da Nota Fiscal a data de entrega dos itens;

6.13.3. Em caso de não conformidade dos itens entregues com as informações contidas na Nota Fiscal, o(s) servidor(es) competente(s) não receberá(ão) os bens, e discriminará, mediante termo circunstanciado, em duas vias, as irregularidades encontradas;

6.13.4. Uma das vias do termo circunstanciado ficará com o(s) servidor(es) competente(s) e a outra será encaminhada para o fornecedor, até o primeiro dia útil subsequente.

6.13.5. O(s) servidor(es) competente(s) ficará(ão) responsável(veis) por consolidar as cópias digitalizadas das Notas Fiscais assinadas, dos itens entregues e a emitirem o termo de recebimento provisório;

6.13.6. Após isso, o(s) servidor(es) competente(s) enviará(ão) as cópias digitalizadas das Notas Fiscais de entrega dos itens, o termo de recebimento provisório e eventuais termos de não conformidade ao gestor do contrato em até 5 (cinco) dias úteis após a entrega.

6.14. Do recebimento definitivo:

6.14.1. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.14.1.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1. São obrigações da contratante:

7.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

7.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta.

7.1.3. Comunicar à contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido.

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada através de servidor especialmente designado.

7.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e na forma estabelecidos neste Termo de Referência.

7.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

7.3. Exercer o acompanhamento e a fiscalização, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

7.4. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber.

7.5. Indicar formalmente o fiscal/gestor do contrato para o acompanhamento da execução contratual.

7.6. Cientificar o setor de representação judicial do CREMERJ para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

7.7. Prestar informações e esclarecimentos que lhe venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

8.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital e de sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

8.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste Termo de Referência, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a marca, fabricante/modelo, prazo de garantia e/ou validade.

8.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

8.1.3. Substituir, reparar ou corrigir as suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos.

8.1.4. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação.

8.1.5. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência.

8.1.6. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

8.1.7. Disponibilizar canais de atendimento, sendo: pelo menos dois contatos telefônicos, um fixo e um móvel, assim como um e-mail válido.

8.1.8. Não se valer do Contrato para assumir obrigações perante terceiros, dando-o como garantia ou caução, nem utilizar os direitos de crédito a serem auferidos em função do presente fornecimento, em quaisquer operações de desconto bancário, sem a expressa e prévia autorização por escrito do CONTRATANTE.

8.1.9. Apor exatamente nas Notas Fiscais o valor dos bens contratados através da Proposta de Preços ofertada e os períodos exatos aos quais elas se referem.

8.1.10. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9. DA SUBCONTRATAÇÃO

9.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

10. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

10.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

11. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

12. DO PAGAMENTO

12.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, conforme disposto no Art. 40, XIV, "a", da Lei 8.666/93, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de depósito bancário, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

12.1.1. **Os pagamentos ocorrerão nos dias 05, 10, 15, 20, 25 e 30 de cada mês, seguindo o prazo citado.**

12.1.2. **Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.**

12.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

12.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

12.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

12.6. Antes do pagamento a contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência.

12.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

12.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

12.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

12.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

12.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

12.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

12.12. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributável prevista na legislação aplicável.

12.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

12.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo CREMERJ, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:
EM = Encargos moratórios;
N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
VP = Valor da parcela a ser paga.
I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)	I= (6/100) / 365	I= 0,00016438 TX = Percentual da Taxa Anual = 6%

13. DO REAJUSTE

13.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

13.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

13.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

13.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

13.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

13.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

13.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13.7. O reajuste será realizado conforme processo administrativo realizado pelo setor competente.

14. DA GARANTIA CONTRATUAL

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

14.1.1. A presente licitação visa aquisições de baixo vulto, assim não haverá obrigações futuras.

14.1.2. O pagamento somente será efetivado após o recebimento definitivo do objeto.

14.1.3. A garantia é obrigatória apenas para os contratos que envolvam a execução de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, nos termos do art. 7º, VI do Decreto nº 9.507, de 2018, e do item 3 do Anexo VII-F da Instrução Normativa SEGES/MP n.º 05/2017, o que não é o caso da presente contratação.

15. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

15.1. A aquisição objeto desta licitação obedecerá aos critérios de sustentabilidade ambiental contidos no Art. 5º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SLTI/MPOG e no Decreto nº 7.746 de 2012, no que couber;

15.2. A licitante vencedora, conforme art. 6° da Instrução Normativa/SLI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, deverá adotar as práticas de sustentabilidade descritas no Encarte "E", na execução dos serviços, quando couber.

15.2.1. A otimização de recursos materiais.

15.2.2. A redução de desperdícios materiais, energia e água por parte de seus profissionais no desempenho das atividades diárias.

15.2.3. Elaborar e manter um programa interno de treinamento de seus empregados para redução de consumo de energia elétrica, consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes.

15.2.4. Fornecer aos funcionários informações a respeito dos programas de uso racional dos recursos que impactem o meio ambiente.

15.2.5. Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.

15.2.6. Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades diárias.

15.3. Constituem diretrizes de sustentabilidade ambiental, entre outras:

15.3.1. Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água.

15.3.2. Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local.

15.3.3. Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia.

15.3.4. Maior geração de empregos, preferencialmente de mão de obra local.

15.3.5. Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem.

15.3.6. Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais.

15.3.7. Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos do Decreto nº 10.024, de 2019, a Contratada que:

16.1.1. não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;

16.1.2. não entregar a documentação exigida no edital;

16.1.3. apresentar documentação falsa;

16.1.4. causar o atraso na execução do objeto;

16.1.5. não mantiver a proposta;

16.1.6. falhar na execução do contrato;

16.1.7. fraudar a execução do contrato;

16.1.8. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.9. declarar informações falsas; e

16.1.10. cometer fraude fiscal.

16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar a contratada as seguintes sanções:

16.2.1. Advertência, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante.

16.2.2. Multa moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 15 (quinze) dias;

16.2.3. Multa compensatória de até 15% (quinze por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

16.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

16.2.5. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

16.2.6. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a

reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

16.3. As sanções previstas acima poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do contratado, o CREMERJ poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo, necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização – PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As sanções serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

17.2. Os critérios de qualificação econômica a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

17.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

17.3.1. Atestado de capacidade técnica considerando as características do material em questão.
17.3.2. O Proponente deverá comprovar que o objeto do seu ato constitutivo contempla o objeto ora licitado.

17.4. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

17.4.1. **O preço máximo admitido para a participação no certame é igual ao valor por lote estimado (preço de referência). Assim, caso o menor preço ofertado/lance seja superior ao preço de referência, mesmo após negociação para redução do preço, o Pregoeiro poderá declarar a licitação fracassada e cancelará a licitação.**

17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço por lote.

17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

18. ESTIMATIVAS DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

18.1. O valor estimado foi obtido com base em pesquisa de preços realizada nos termos da IN 73/2020 SEGES.

18.2. Valor estimado para o pregão por menor preço por lote, conforme pesquisa de preços:

Lote 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	QTD	UND	Valor Unit. Estimado	Subtotal Estimado
1	Fita adesiva	417068	360	unidade	R$ 12,97	R$ 4.669,20

	Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;					
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;	279097	120	unidade	R$ 2,79	R$ 334,80
3	Cola líquida: composição base água; cor branca; aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	478199	120	unidade	R$ 3,65	R$ 438,00
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	291098	120	unidade	R$ 13,79	R$ 1.654,80
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.	313939	120	unidade	R$ 8,34	R$ 1.000,80
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de melhor qualidade.	234994	1000	Pacote com 100 unidades	R$ 23,35	R$ 23.350,00
Valor Total Estimado						**R$ 31.447,60**

Lote 2						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**CATMAT**	**QTD**	**UND**	**Valor Unit. Estimado**	**Subtotal Estimado**

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.	402154	360	unidade	R$ 9,84	R$ 3.542,40
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.	441129	360	unidade	R$ 14,63	R$ 5.266,80
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469644	300	unidade	R$ 22,39	R$ 6.717,00
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469643	300	unidade	R$ 21,72	R$ 6.516,00
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.	469643	100	unidade	R$ 21,72	R$ 2.172,00
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.	446038	240	unidade	R$ 17,45	R$ 4.188,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	414605	360	unidade	R$ 5,20	R$ 1.872,00
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.	473220	120	unidade	R$ 11,80	R$ 1.416,00
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	460999	120	unidade	R$ 14,31	R$ 1.717,20
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	R$ 9,21	R$ 1.105,20
17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.	482551	120	unidade	R$ 11,74	R$ 1.408,80
18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scotch, 3M ou de melhor qualidade.	419864	50	unidade	R$ 14,76	R$ 738,00
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1 unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	322757	288	unidade	R$ 15,30	R$ 4.406,40
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419859	360	Cartela 2 unidades	R$ 12,37	R$ 4.453,20

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.	419860	120	Cartela 2 unidades	R$ 16,30	R$ 1.956,00
Valor Total Estimado					**R$ 47.475,00**	

19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

19.1. Devido a aquisição ser realizada por meio de Sistema de Registro de Preços – SRP, não existe a necessidade de indicação de dotação orçamentária.

20. DOS CASOS OMISSOS

20.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas e na Lei nº 8.666, de 1993, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2022.

Elaboração do Termo de Referência	Aprovação Técnica	Encaminha-se a Gerente-Geral em ____/____/_____
_____	_____	_____
Michel Brito Marnet Análise Técnica e Compras	Fernando P. de Castro Filho Gerente do Apoio Administrativo	Ana Marta da Silva Gerente-Geral

Aprovo o presente Termo de Referência em ____/____/_____
atendendo ao art. 7º, § 2º, I da Lei nº 8.666/93);

_____
Clovis Bersot Munhoz
Presidente do CREMERJ

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

Sede: Praia de Botafogo, 228, loja 119b - Botafogo, CEP 22.250-145 | Central de Relacionamento: (21) 3184-7050
cremerj.org.br cremerjoficial/ Cremerj/ c/Cremerj company/cremerj cremerj

ANEXO II – MODELO DA PROPOSTA

PROCESSO Nº 37/2022

PROPOSTA

Lote 1						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**QTD**	**UNIDADE**	**Valor Unitário**	**Subtotal**
1	Fita adesiva Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
3	Cola líquida: composição base água; cor branca; aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de melhor qualidade.		1000	Pacote com 100 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

Valor Total	R$ 0,00

Lote 2						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTD	UNIDADE	Valor Unitário	Subtotal
7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		100	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.		240	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scotch, 3M ou de melhor qualidade.		50	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1 unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		288	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		360	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		120	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
Valor Total					**R$ 0,00**	

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

Observações:

Os preços propostos não poderão ser superiores aos orçados pela administração, e devem incluir todos os insumos que os compõem, tais como as despesas com mão de obra, materiais, equipamentos, impostos, taxas, fretes, descontos e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto desta licitação.

As propostas serão dadas com base no valor unitário por lote da licitação.

A empresa_____declara que estão inclusas no valor cotado todas as despesas com mão de obra e, bem como, todos os tributos e encargos fiscais, sociais, trabalhistas, previdenciários e comerciais e, ainda, os gastos com transporte e acondicionamento dos materiais em embalagens adequadas, no que couber.

Declaro que entregarei o objeto licitado nos prazos máximos estipulados no Termo de Referência, contados do recebimento da Ordem de Compra.

Validade da Proposta: XX dias. (válida mínima de 60 dias)

Razão social e CNPJ:
Telefone/Pessoa para contato:

Local e data

_____

Carimbo da empresa/Assinatura do representante legal.

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

ANEXO III – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º X/2022

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Praia de Botafogo, número 228, Loja 119B, Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 31.027.527/0001-33, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente, Clovis Bersot Munhoz, nomeado(a) pela Portaria nº XXXXXXX, portador da matrícula funcional nº XXXXXX, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para REGISTRO DE PREÇOS nº 5/2022, processo administrativo n.º 11/2022, RESOLVE registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, no Decreto n.º 7.892, de 23 de janeiro de 2013, e em conformidade com as disposições a seguir:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para a eventual aquisição de material de consumo, especificado no item 1.1 do Termo de Referência, anexo I do edital de *Pregão* nº 5/2022, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Lote 1						
ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	MARCA	QTD	UNIDADE	Valor Unitário	Subtotal
1	Fita adesiva Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
3	Cola líquida: composição base água; cor branca;		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

	aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.					
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de melhor qualidade.		1000	Pacote com 100 unidades	R$ 0,00	
Valor Total					**R$ 0,00**	

Lote 2						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**QTD**	**UNIDADE**	**Valor Unitário**	**Subtotal**
7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

	ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.					
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		100	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.		240	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scotch, 3M ou de melhor qualidade.		50	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1 unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		288	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		360	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		120	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
Valor Total					**R$ 0,00**	

2.2. A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Não será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação.

4. VALIDADE DA ATA

4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 meses, a partir de XX/XX/XXXX, não podendo ser prorrogada.

5. REVISÃO E CANCELAMENTO

5.1. A Administração realizará pesquisa de mercado periodicamente, em intervalos não superiores a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados nesta Ata.

5.2. Os preços registrados poderão ser revistos em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo do objeto registrado, cabendo à Administração promover as negociações junto ao(s) fornecedor(es).

5.3. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, a Administração convocará o(s) fornecedor(es) para negociar(em) a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

5.4. O fornecedor que não aceitar reduzir seu preço ao valor praticado pelo mercado será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

5.4.1. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

5.5. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

5.5.1. liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

5.5.2. convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

5.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação desta ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

5.7. O registro do fornecedor será cancelado quando:

5.7.1. descumprir as condições da ata de registro de preços;

5.7.2. não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

5.7.3. não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

5.7.4. sofrer sanção administrativa cujo efeito torne-o proibido de celebrar contrato administrativo, alcançando o órgão gerenciador e órgão(s) participante(s).

5.8. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos itens 6.7.1, 6.7.2 e 6.7.4 será formalizado por despacho do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da ata, devidamente comprovados e justificados:

5.9.1. por razão de interesse público; ou

5.9.2. a pedido do fornecedor.

6. DAS PENALIDADES

6.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.

6.1.1. As sanções do item acima também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente, nos termos do art. 49, §1º do Decreto nº 10.024/19.

6.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 5º, inciso X, do Decreto nº 7.892/2013), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 6º, Parágrafo único, do Decreto nº 7.892/2013).

6.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no art. 20 do Decreto nº 7.892/2013, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

7. CONDIÇÕES GERAIS

7.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

7.2. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados nesta ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, nos termos do art. 12, §1º do Decreto nº 7892/13.

7.3. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação dos itens nas seguintes hipóteses.

7.3.1. contratação da totalidade dos itens de grupo, respeitadas as proporções de quantitativos definidos no certame; ou

7.3.2. contratação de item isolado para o qual o preço unitário adjudicado ao vencedor seja o menor preço válido ofertado para o mesmo item na fase de lances.

7.4. A ata de realização da sessão pública do pregão, contendo a relação dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor do certame, compõe anexo a esta Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 11, §4º do Decreto n. 7.892, de 2014.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em X (XXX) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXXXX de 2022.

Assinaturas

Representante legal do órgão gerenciador e representante(s) legal(is) do(s) fornecedor(s) registrado(s)

ANEXO IV – MINUTA DO TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO

TERMO DE CONTRATO DE COMPRA Nº XX/XXXX, QUE FAZEM ENTRE SI O CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO E A EMPRESA XXXXXXXXXX.

O Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, com sede em Praia de Botafogo, número 228, Loja 119B – Rio de Janeiro/RJ, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 31.027.527/0001-33, neste ato representado pelo seu Diretor-Presidente, Clovis Bersot Munhoz, portador da matrícula funcional nº XXXXX, doravante denominada CONTRATANTE, e XXXXXXX inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXXXXXXXXX, sediado(a) na XXXXXXXXXX doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr.(a) XXXXXXXXX, portador(a) da Carteira de Identidade nº XXXXXXX, expedida pela (o) XXXXXX, e CPF nº XXXXXXXXXX, tendo em vista o que consta no Processo nº .11/2022 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, do Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão por Sistema de Registro de Preços nº 5/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a aquisição de material de consumo, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Discriminação do objeto:

Lote 1						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**QTD**	**UNIDADE**	**Valor Unitário**	**Subtotal**
1	Fita adesiva Composição: dorso de filme de polipropileno biorientado (BOPP) tratado, adesivo à base de resina e borracha sintética. Dimensões: mono face; largura 45 mm; comprimento 45 m; cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
2	Fita adesiva: material celofane; transparente; mono face; largura 12 mm; comprimento 33 m;		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

	cor incolor. Marca de Referência: similar à Scotch ou de melhor qualidade;					
3	Cola líquida: composição base água; cor branca; aplicação papel; couro e tecido; lavável não tóxica; frasco com 90-110 gramas; no rótulo deveram constar instruções de uso e orientações de segurança. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
4	Corretivo em fita: material base de poli acrilato; comprimento 6 – 8,5 m; largura 4,2 mm; corpo em acrílico; cristal transparente; validade de 24 meses. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
5	Cola tipo bastão; a base d'água; aplicação sobre papel, cartolina, couro e outros; lavável, solúvel; atóxica; branca; Tampa hermética; mínimo de 10 g por unidade. Marca de Referência: Similar à Bic, Pritt ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
6	Saco plástico 0,12 g: tamanho ofício; 240 mm x 325 mm; com 4 furos; contendo 100 unidades por pacote. Marca de Referência: Similar à ACP ou de melhor qualidade.		1000	Pacote com 100 unidades	R$ 0,00	
Valor Total					**R$ 0,00**	

Lote 2						
ITEM	**DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO**	**MARCA**	**QTD**	**UNIDADE**	**Valor Unitário**	**Subtotal**
7	Bocal E27: receptáculo porcelana; terminais latão; soquete em latão; encaixe de fixação anti-giro; potência 4A –250 Volts; material em porcelana. Marca de Referência: Similar à Tramontina ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
8	Lâmpada de Led: base: E27; tensão bivolt; potência 10/12w; temperatura fria; cor da lâmpada branco frio; quantidade de leds 10; vida		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

	útil +/-25.000 horas; dimensões 60 x 112-120 mm; características; resistente ao Impacto; IRC >= 80; Ângulo de abertura 180º; formato de pera. Marca de Referência: Similar à Ourolux, Avant ou de melhor qualidade.					
9	Lâmpada tubular de Led: base G13; difusor de vidro leitoso; potência 18 W; ligação em uma ponta; bivolt; IRC >= 80; Ângulo 200º; cor da lâmpada branco; cor do led branco; temperatura 6500K; fluxo luminoso >= 1600lm; tamanho 120 X 4 X 4 cm peso 0,320 g; garantia de 1 ano contra defeito de fabricação. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
10	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação bilateral; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		300	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
11	Lâmpada de Led: tubular fosco; ligação em uma ponta; Leitosa ar 60 cm 9w branco frio 6500k; alto-brilho baixa emissão de Calor; IRC >= 80; bivolt; lente de vidro Leitosa; fluxo luminoso >= 900 lm. Marca de Referência: Similar à Avant ou de melhor qualidade.		100	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
12	Lâmpada de LED base E27 tipo PAR 20; branco 6.500 k. 7 W; 75 lm/W. Marca de Referência: Similar à Avant, Empalux ou de melhor qualidade.		240	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
13	Soquete antivibratório pra lâmpada fluorescente T8 T10 124 E Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		360	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
14	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 10A Marca de Referência: Similar à Lumibras ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
15	Conjunto 4x2 Tomada Simples 2P+T 20A (vermelha) com espelho; em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
16	Conjunto 4x2, 1 Interruptor Simples 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso;		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00

Classificação da informação contida no documento (X) Público ( ) Sigiloso ( ) Restrito | Qual restrição?

	Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.					
17	Conjunto 4x2, 1 Interruptor paralelo 10A 250 V horizontal (branca); em conformidade com a norma ABNT NBR 14136; borne de parafuso; Marca de Referência: Similar à PIAL ou de melhor qualidade.		120	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
18	Fita isolante, 19mm x 20 metros, espessura 0,18mm, cor preta, auto extinguível a chama, indicada para isolação de fios e cabos de baixa tensão, de acordo com a NBR 5037 (ABNT), NBR NM 60454-3-1. Marca de Referência: Similar à Scotch, 3M ou de melhor qualidade.		50	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
19	Bateria: 9 volts alcalina; 6LR61 Blister com 1 unidade; mercúrio e Cádmio; dimensões 47,5 x 16,5 x 25,5 mm; peso 0,053 kg; validade 3 anos; garantia 3 meses. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		288	unidade	R$ 0,00	R$ 0,00
20	Pilha alcalina: tamanho tipo AA-2; 1,5 volts; cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		360	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
21	Pilha alcalina: tamanho tipo AAA cartela com 2 unidades cada. Marca de Referência: Similar à Duracell ou de melhor qualidade.		120	Cartela 2 unidades	R$ 0,00	R$ 0,00
Valor Total					**R$ 0,00**	

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Termo de Referência, com início na data de XX/XX/XXXX e encerramento em XX/XX/XXXX, prorrogável na forma do art. 57, §1º, da Lei nº 8.666, de 1993.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R$ XXXX (XXXXXX).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro, para o exercício de 2022, na classificação abaixo:

Natureza da despesa: financeira;
Fonte de Recurso: XXXXXXXXXXXXX;
Nota de Empenho: XXXX/XXXX;
Valor Mensal: R$ XXXXX (XXXXXXXXXXX);
Valor Global: R$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXX).

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. O prazo para pagamento e demais condições a ele referentes encontram-se no Termo de Referência.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE

6.1. As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. As condições de entrega e recebimento do objeto são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital.

9. CLAÚSULA NONA - FISCALIZAÇÃO

9.1. A fiscalização da execução do objeto será efetuada por Comissão/Representante designado pela CONTRATANTE, na forma estabelecida no Termo de Referência, anexo do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. As sanções referentes à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

12.1.1. por ato unilateral e escrito da Administração, nas situações previstas nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, e com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo ao Edital;

12.1.2. amigavelmente, nos termos do art. 79, inciso II, da Lei nº 8.666, de 1993.

12.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

12.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.4. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

12.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.4.3. Indenizações e multas.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS.

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária do Rio de Janeiro para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Rio de Janeiro, XX de XXXXXXX de 2022.

_____

Clovis Bersot Munhoz

Conselho Regional de Medicina do Estado do Rio de Janeiro

_____

XXXXXXXXXXXX

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS:

1-

2-